



Artigo de Ação Extensionista

Formação docente para a educação alimentar e nutricional para o enfrentamento do contexto pós-pandêmico junto à comunidade escolar¹

Teacher training for food and nutrition education to face the post-pandemic context with the school community

Adriane Lizbehd Halmann²

Resumo

Apesar da importância da escola na promoção da segurança alimentar e para a educação alimentar e nutricional, estes são temas pouco vistos nas licenciaturas. A pandemia deve agravar a pobreza e a insegurança alimentar, reforçando a necessidade de ações de promoção da alimentação adequada nas escolas. Assim, propomos uma ação extensionista de formação-investigação com professores da rede pública de Ilhéus (BA), onde o professor é convidado a olhar o seu contexto com ferramentas para o mapeamento da insegurança alimentar das crianças e da comunidade, conhecendo estratégias de EAN para montar projetos de intervenção na escola. Os relatos dos professores permitem compreender as lacunas na formação e as dificuldades, retroalimentando o planejamento de novos ciclos formativos. Espera-se instrumentalizar os professores para a educação alimentar e nutricional nas escolas e o enfrentamento da insegurança alimentar, agravada pela pandemia, contribuindo assim na promoção da alimentação adequada e saudável.

Palavras-chave: Formação de professores. Educação Alimentar e Nutricional. Segurança Alimentar. Promoção da alimentação adequada e saudável. Doenças Crônicas Não Transmissíveis.

Abstract

Despite the importance of school in Promoting Food Security and Food and Nutrition Education, these topics are rarely seen in teacher training courses. The

¹ Produção derivada do projeto “Formação docente para a Educação Alimentar e Nutricional pós-pandemia: mapeando lacunas, dificuldades e possibilidades”, registrado na Universidade Estadual de Santa Cruz.

² Docente adjunta, área de Ensino de Biologia, Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Santa Cruz. adriane_halmann@yahoo.com.br.



pandemic will probably worsen poverty and food insecurity, reinforcing the need for actions to promote adequate food in schools. Thus, we propose a set of extension actions for teacher training in FNE. It is proposed a training-investigation with teachers from the public educational system in Ilhéus (BA), where they are invited to look at their contexts, using tools for mapping the food insecurity of children and the community, knowing FNE strategies to make an interventional project to be carried out at their schools. Teachers' reports make it possible to understand the gaps in training and the main difficulties, which contributes to the planning of new training cycles. It is hoped that the teachers will be trained to face the aggravations of food insecurity through food and nutrition education in schools, which is essential to face the indirect consequences of the pandemic and the promotion of adequate and healthy food.

Keywords: Teacher training. Food and Nutrition Education. Food Security. Healthy and adequate food promotion. Noncommunicable Diseases.

1. Introdução

A escola é reconhecidamente um importante lócus para a realização de estratégias para a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) de crianças e adolescentes, impactando na saúde, qualidade de vida e segurança alimentar e nutricional delas, das suas famílias e das comunidades como um todo. Entretanto, os profissionais que atuam na escola, sejam os professores, ou até mesmo os profissionais ligados ao planejamento e fornecimento da alimentação escolar, possuem lacunas na sua formação. A compreensão destas lacunas é imprescindível para o planejamento de uma formação docente adequada à realidade encontrada por estes profissionais.

A educação alimentar e nutricional é considerada essencial no nosso contexto, pois guardamos resquícios de um período em que a insegurança alimentar era tratada como sinônimo da fome, muito presente em vários estados do nordeste. Também vimos, com o passar dos anos, a transição nutricional e epidemiológica, com destaque para a obesidade, que passou a ser cada vez mais frequente na população, inclusive entre adolescentes e crianças. Com o aumento da prevalência da obesidade também se viu um aumento de doenças crônicas



não transmissíveis, como Diabetes tipo 2 e hipercolesterolemias, antes só vistas na população adulta. Ironicamente, ao mesmo tempo em que vimos o aumento da incidência da obesidade e seus agravos, vimos também a ocorrência de casos de anemia. Há ainda os casos de indivíduos obesos e com diversas carências nutricionais. Todo este quadro nos aponta claramente para hábitos alimentares deletérios, fazendo urgente o planejamento e execução estratégias de educação alimentar e nutricional adequadas à realidade específica de cada grupo populacional.

Recentemente, a partir da aprovação da Lei 13.666/2018, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) (BRASIL, 1996, 2018), a EAN passou a fazer parte dos currículos escolares, como tema transversal, devendo ser abordada em todos os contextos da educação básica. Entretanto, esse não é um tema indicado nas diretrizes para a formação de professores como necessário à formação destes profissionais. Se ao nutricionista falta uma base pedagógica consistente, aos docentes faltam saberes elementares da educação alimentar e nutricional, gerando uma grande insegurança na abordagem desse assunto, no acolhimento de estudantes com necessidades alimentares especiais (NAE) ou com doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), cada vez mais frequentes nas escolas.

Neste momento temos uma urgência ainda maior em compreender o que é necessário para preparar os docentes para a educação alimentar e nutricional, como estratégia de enfrentamento da realidade trazida pela pandemia vivenciada em 2020. Dados levantados pela FIAN, uma organização pelo direito humano à alimentação e à nutrição adequadas, apontam que a Covid-19 está levando o mundo a uma crise alimentar (FIAN, 2020). A emergência sanitária desencadeada pela pandemia fez ressurgir e agravar a insegurança alimentar, seja pela falta de acesso ao alimento, seja pelo consumo de uma alimentação desequilibrada, podendo gerar quadros de desnutrição, carências nutricionais ou obesidade. Qualquer um destes quadros é extremamente preocupante para a educação básica, pois impacta na saúde e desenvolvimento dos escolares, além



dos aspectos cognitivos, podendo interferir no desempenho escolar e na permanência ou evasão das crianças e adolescentes.

Este é um quadro preocupante que afeta a educação como um todo, tanto na rede privada, quanto na rede pública. Quando falamos em insegurança alimentar, pode-se imaginar que este é um problema que afeta apenas a educação pública, entretanto, os alunos da rede privada também tiveram seus hábitos alimentares extremamente afetados neste período. Além disso, com a Lei 13.666/2018, a Educação Alimentar e Nutricional passa a ser um tema transversal para toda a educação básica, tanto da rede pública quanto privada. Apesar disso, na rede pública, além do impacto nos hábitos alimentares, o fechamento das escolas também trouxe uma significativa alteração na alimentação escolar, garantida pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Embora tenham sido tomadas providências como a distribuição de kits ou de vales para subsidiar parte da alimentação destes estudantes, é inegável que isto é muito diferente da alimentação escolar planejada e executada nas escolas. Assim, embora este seja um problema que atinja toda a educação básica, da rede pública e privada, optamos, neste momento, por priorizar o atendimento à rede pública, impactada em diferentes aspectos da pandemia.

Sendo assim, urge compreender as lacunas formativas dos docentes em relação à educação alimentar e nutricional, bem como as dificuldades vividas e sentidas pelos docentes da educação básica. A partir desta compreensão, é essencial fomentar uma formação docente que permita compreender as realidades específicas para planejar e implementar projetos e programas de educação alimentar e nutricional de forma adequada a cada realidade, respeitando saberes e culturas alimentares, de forma que seja possível pensar e fornecer uma formação que permita contribuir no enfrentamento da crise provocada pela pandemia. A universidade, enquanto instituição de ensino, pesquisa e extensão, comprometida com o desenvolvimento de estratégias para melhorar as condições da população, tem não só as condições necessárias, como



o dever de atuar nesta frente, contribuindo para uma educação sensível à realidade da população.

2. Referencial teórico

A formação dos professores para a educação alimentar e nutricional torna-se especialmente relevante no contexto atual, uma vez que as escolas são essenciais na promoção da segurança alimentar e nutricional, especialmente em situações de maior vulnerabilidade. Entretanto, se os docentes já encontravam dificuldades no desenvolvimento desse trabalho, seja pela pouca formação para a educação alimentar e nutricional, seja pela complexidade do tema, agora veem suas dificuldades aumentadas, uma vez que a insegurança alimentar é um agravo já esperado à pandemia provocada pela Covid-19.

A alimentação adequada é um direito fundamental humano previsto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição Federal brasileira (VALENTE, 2002). Apesar disso, algumas regiões do Brasil e do mundo lidam com o enfrentamento da fome ou dos seus resquícios. Josué de Castro, ao traçar o mapa da fome no Brasil, aponta que a fome é presente em todas as regiões do país, mas é mais grave em algumas, como a região nordeste, onde a insegurança alimentar é acentuada (CASTRO, 1969). Ao longo de décadas foram traçadas várias políticas públicas que visavam garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população mas, em decorrência de ações governamentais mais recentes, o que vemos é uma desmantelamento de várias dessas políticas, o que é visto com muita preocupação (ALIAGA; SANTOS; TRAD, 2019). A própria Organização das Nações Unidas aponta que a curva da desnutrição, que há muito era decrescente, passou a crescer no Brasil, assim como os dados absolutos de subnutrição, prevalência de anemia em mulheres em idade reprodutiva e de nascidos vivos abaixo do peso, o que seria, de acordo com os autores, atribuído à crise econômica e à redução de políticas sociais e de programas de transferência de renda (FAO, 2019).



Por outro lado, já vínhamos observando uma alteração nas condições de insegurança alimentar. Enquanto a curva da desnutrição parecia estar decrescente, a obesidade passava a preocupar cada vez mais, inclusive entre os mais jovens, o que aponta para uma transição epidemiológica e nutricional. A prevalência da obesidade consolida-se como um agravo nutricional, geralmente associado a doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes e doenças cardiovasculares (SOUZA, 2010). Paradoxalmente, no Brasil a obesidade convive com a anemia, o que é provavelmente resultado de hábitos alimentares e de vida inadequados (BATISTA, et al, 2008). Estes são dados que vão apontando para a necessidade urgente de trabalhar com a educação alimentar e nutricional com toda a população, mas em especial com as crianças e adolescentes, que vivem em uma faixa etária em que são consolidados os seus hábitos.

Em 2020, com o avanço da pandemia, infelizmente vemos que “a condição de insegurança alimentar já instalada será possivelmente acelerada pelo SARS-CoV-2”, uma vez que “a tendência de recessão econômica global atinge a todos, mas agrava ainda mais a saúde de grupos populacionais em vulnerabilidade socioeconômica” (OLIVEIRA, ABRANCHES, LANA, 2020). É esperado que, ao final da pandemia, as crianças e jovens retornem à escola com o agravamento de condições pré-existentes ou em situação pior àquela manifestada anteriormente. Isso, por um lado, é devido à crise econômica, provocando escassez de alimentos para muitas famílias, o que deve provocar um aumento da incidência de baixo peso e carências nutricionais. Por outro lado, outras crianças e jovens, com mobilidade reduzida e aumento da ingestão calórica, podem ter aumento de peso e piora de condições como diabetes, hipercolesterolemia e hipertensão precoce. Tanto em uma situação quanto em outra, são esperados agravos cognitivos e comportamentais, que comprometem a aprendizagem e a permanência das crianças e jovens nas escolas.

Já há vários anos é consenso a necessidade da educação alimentar e nutricional, tanto como estratégias de políticas públicas de combate à fome, como da mudança do perfil de morbi-mortalidade da população. Como fruto da



articulação de setores governamentais e conselhos de participação popular, vimos a publicação de diversas recomendações e estratégias como base para o desenvolvimento de ações educativas em alimentação e nutrição. Dentre essas recomendações, destaca-se a importância de que as ações educativas sejam desenvolvidas no sentido de promover a autonomia dos indivíduos, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, respeitando as culturas alimentares e valorizando a história alimentar e a diversidade regional, ao mesmo tempo em que reconheçam os saberes populares e fomentem a biodiversidade local (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2008).

A escola, por congregar uma série de condições favoráveis, configura-se como um espaço apropriado para desenvolver estratégias de educação alimentar e nutricional. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) destaca que são necessárias ações de educação alimentar e nutricional na escola, para além do fornecimento de alimentação escolar, a fim de fomentar a promoção de práticas alimentares saudáveis. O PNAE, por meio da EAN e do fornecimento de refeições adequadas, contribui para o crescimento e o desenvolvimento biopicossocial, o rendimento escolar, a aprendizagem e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos. Para tanto, este documento considera que cabe ao Nutricionista desenvolver as estratégias de EAN nas escolas da rede pública de ensino (BRASIL, 2009; 2013).

Entretanto, cabe destacar que o nutricionista não possui larga formação pedagógica, além de ser incumbido de uma série de outras atividades o que, de acordo com Silva e colaboradores (2018), parece ser o motivo para que a educação alimentar e nutricional não seja realizada em grande número de escolas públicas. Já Ramos, Santos e Reis (2013), ao realizar uma revisão dos artigos que versavam sobre a EAN na escola, encontraram um baixo número de publicações e que, dos trabalhos publicados, a maioria foi realizada por nutricionistas, utilizando as metodologias próprias daquela área. Os estudos de Silva e colaboradores (2018) e de Ramos, Santos e Reis (2013) nos levam a inferir que há uma carência de intervenções de educação alimentar e nutricional nas escolas, especialmente da



abordagem tão importante dos outros profissionais envolvidos na educação escolar, ressaltadamente os docentes.

A Educação Alimentar e Nutricional também passou a ser conteúdo curricular obrigatório em toda a educação básica a partir da Lei 13.666/2018, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) (BRASIL, 1996, 2018). Sendo conteúdo a ser abordado nas disciplinas escolares, tanto do ensino fundamental como médio, conclui-se que esta seria, então, uma atribuição dos docentes. Entretanto, não existe indicação para a abordagem deste tema nas diretrizes curriculares para a formação inicial em nível superior, tanto na versão anterior, de 2015 (que pautou a construção curricular dos docentes em exercício recentemente formados), quando da versão mais recente, de 2019 (BRASIL, 2015; 2019). Isto significa que a maioria dos cursos de licenciatura simplesmente não aborda intencionalmente este tema, fazendo com que os docentes tenham uma formação precária para a construção de estratégias de educação alimentar e nutricional na educação básica.

Dentre todas as licenciaturas, poderia se supor que a licenciatura em Ciências Biológicas, por abordar questões relacionadas ao corpo humano e ao ato de alimentar-se, poderia ser o curso com o melhor embasamento para abordar a educação alimentar e nutricional na escola. Entretanto, um estudo realizado na própria Universidade Estadual de Santa Cruz (na mesma cidade da realização das ações extensionistas relatadas neste artigo), cujo propósito era compreender a formação dos licenciandos em Ciências Biológicas na Universidade Estadual de Santa Cruz para a abordagem de temas relacionados à educação alimentar no ensino de Ciências e Biologia, concluiu que não existe abordagem direta do tema neste curso. Ao realizar entrevistas com alunos concluintes deste curso, observou que os licenciandos compreendem que é um tema de absoluta relevância, mas que não se sentem preparados para abordá-lo em sala de aula, tampouco para lidar com questões relacionadas à alimentação, como o acolhimento de alunos com necessidades alimentares especiais em sala (SILVA, 2018).



Entretanto, não há como afirmar que o mesmo resultado se aplicaria para outras licenciaturas ou outros casos, pois é escassa a produção acadêmica e científica que investiga aspectos relacionados à formação dos professores para a educação alimentar e nutricional. Ao mesmo tempo em que existe a convicção de que é necessário abordar o tema nas escolas e que há uma grande carência de estudos, principalmente sobre os aspectos pedagógicos da abordagem da EAN, não se sabe ao certo quais são as dificuldades ou lacunas formativas dos docentes. Estudos desta natureza são extremamente importantes para planejar estratégias adequadas para a formação dos docentes para a educação alimentar e nutricional, especialmente quando se considera que é evidente o agravamento de questões de segurança alimentar e nutricional pela pandemia vivida em 2020.

3. Um caminho de encontros

Para pensar estratégias formativas e compreender as dificuldades dos docentes para a abordagem da educação alimentar e nutricional nas escolas, faz-se necessário entender este como um objeto de estudo, complexo e subjetivo. Como tal, faz com que a abordagem metodológica adequada seja a qualitativa, que pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação, isto é, não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refuta-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão (MORAES, 2003, p.01).

A abordagem na pesquisa qualitativa apresenta características que concebem um conhecimento construído pelo sujeito e suas interações com o ambiente, como destaca André (2013):

Assim, o mundo do sujeito, os significados que atribui às suas experiências cotidianas, suas linguagens, suas produções culturais e suas formas de interações sociais constituem os núcleos centrais de preocupação dos pesquisadores. Se a visão de realidade é construída pelos sujeitos, nas interações sociais vivenciadas em seu ambiente de trabalho, de lazer, nas famílias,



torna-se fundamental uma aproximação do pesquisador a essas situações. (ANDRÉ, 2013, p. 97).

Nesse contexto, acompanhar a construção do conhecimento dos sujeitos pela sua intervenção com o meio e com as atividades vivenciadas através da pesquisa, concretiza-se a relevância do tema pesquisado para o público envolvido, pois o núcleo central de preocupação dos pesquisadores nas pesquisas qualitativas deve ser o significado que o sujeito atribui às suas experiências cotidianas e suas interações sociais (ANDRÉ, 2013, p. 101).

A pesquisa-formação apresenta-se como a mais apropriada ao contexto apresentado, uma vez que enfatiza a pesquisa e ação como práticas reflexivas, críticas e transformadoras da realidade social, discutindo algumas características teórico-metodológicas da pesquisa-ação, colaborativa, participante e coletiva, tendo em vista compreender a natureza formativa dos processos desencadeados por meio de cada uma delas (LONGAREZI; SILVA, 2013, p. 14)

O avanço da pesquisa em educação permite verificar que a formação continuada de professores não resulta na solução imediata dos seus problemas pedagógicos, como pensam alguns, embora possa contribuir na melhoria de algumas práticas. Tomando por base essa constatação, a pesquisa-formação como processo de desenvolvimento profissional e mudança efetiva nas práticas educativas na perspectiva que defendemos se caracteriza por ser uma metodologia de pesquisa em que todos os sujeitos envolvidos participam ativamente do seu processo, investigando situações-problema na busca por construir respostas e soluções para elas; compreende pesquisa acadêmica e prática pedagógica como unidade; é desenvolvida por todos os seus membros mediante discussões e interações diversas; parte das necessidades dos sujeitos envolvidos, dando sentido ao processo que estão vivenciando; ocorre no contexto escolar; toma a prática pedagógica como conteúdo do processo formativo; respeita as diversas formas de saber existentes; e, fundamentalmente, é processo de formação política. (LONGAREZI; SILVA, 2013, p. 223)

Como uma primeira ação, será realizada uma revisão sistemática (RS) sobre a abordagem da educação alimentar e nutricional na formação de professores no Brasil. A RS é um sumário de evidências provenientes de estudos primários conduzidos para responder uma questão específica de pesquisa. Utiliza um



processo de revisão de literatura abrangente, imparcial e reproduzível, que localiza, avalia e sintetiza o conjunto de evidências dos estudos científicos para obter uma visão geral e confiável da estimativa do efeito da intervenção (BRASIL, 2012). Na revisão sistemática buscamos identificar quais estratégias metodológicas de EAN foram utilizadas, a fim de mapeá-las. Estas estratégias metodológicas serão incluídas ou adaptadas na etapa das ações formativas da pesquisa.

A etapa de campo será realizada com docentes da rede pública de ensino do município de Ilhéus, Bahia. Para tanto, será enviada uma carta-convite para as escolas estaduais e municipais do município, convidando os docentes que tiverem interesse em participar de ações da pesquisa-formação. Os participantes serão incluídos em ações formativas que ocorrerão no segundo semestre de 2020 ou durante o ano de 2021.

Para a seleção dos candidatos serão adotados os seguintes critérios: ser docente em atuação em escola municipal ou estadual em Ilhéus, ter disponibilidade de horário e interesse em participar da formação e consentir na contribuição para a pesquisa-formação. Dentre os inscritos, serão escolhidos professores de disciplinas diferentes, que atuem nos diferentes anos da educação básica, buscando atender professores das mais diferentes formações. As ações de formação ocorrerão em ciclos, sendo que o primeiro ocorrerá com 25 professores do ensino fundamental e o segundo ciclo com 25 professores do ensino médio. O número de participantes de cada ciclo foi estimado levando em consideração a capacidade de acolher adequadamente os docentes nos ambientes da universidade, além de ser um número que nos permite dar uma atenção adequada.

Para compreender as lacunas formativas sobre EAN na formação inicial e as dificuldades dos docentes para a abordagem da EAN em sala de aula, os docentes serão convidados a participar de uma entrevista, que questionará qual a sua formação inicial, se esta formação inicial abordou a educação alimentar e nutricional em alguma disciplina ou atividade, se já tentou realizar alguma ação



de educação alimentar e nutricional na escola e quais as dificuldades para implementar intervenções de EAN na sua prática cotidiana na escola.

Posteriormente, serão realizadas ações formativas, para melhor compreender as dificuldades dos docentes e também para verificar se as estratégias preconizadas na literatura podem ser adequadas ou adaptadas para a formação docente continuada para EAN. A formação dos docentes abordará alguns aspectos teóricos e conceituais, para então abordar estratégias metodológicas catalogadas na etapa da revisão sistemática deste estudo. Em paralelo, os participantes das ações formativas serão convidados a redigir um diário da sua formação, sendo convidados a externar os seus sentimentos em relação às estratégias vivenciadas, as dificuldades experienciadas e a aplicabilidade das propostas para a sua realidade escolar (ou se fariam adaptações). O diário, ao mesmo tempo que se concretiza como um instrumento reflexivo para os participantes, gera dados de análise para a pesquisa.

As ações formativas ocorrerão em dois ciclos. Antes do primeiro ciclo ocorrerá a revisão sistemática e o planejamento das atividades (com base nos resultados da revisão sistemática). O primeiro ciclo será seguido por um período de análise dos dados parciais e elaboração do relatório parcial da pesquisa. Estes dados serão levados em consideração para o planejamento das ações que ocorrerão no próximo semestre, ao qual também haverá um período de análise dos dados coletados e elaboração do relatório final.

Os dados coletados por meio das entrevistas e dos diários serão tratados e analisados. No momento do tratamento dos dados os nomes de todos os participantes serão substituídos por um código e serão excluídos trechos que exponham a privacidade ou identificação dos participantes, garantindo o sigilo e anonimato. Para a análise será utilizada a Análise Textual Discursiva (ATD) que, de acordo com Moraes e Galiuzzi (2006), consiste em uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise de pesquisa qualitativa, que são a análise de conteúdo e análise de discurso (Moraes; Galiuzzi, 2006). Segundo Moraes e Galiuzzi (2006, p.118),



A análise textual discursiva é descrita como um processo que se inicia com uma unitarização em que os textos são separados em unidades de significado. Estas unidades por si mesmas podem gerar outros conjuntos de unidades oriundas da interlocução empírica, da interlocução teórica e das interpretações feitas pelo pesquisador. (Moraes; Galiazzi, 2006, p. 118).

Para tanto, é realizada uma leitura atenta e minuciosa dos dados coletados, retomando sempre o objeto de estudo para assimilar trechos que contemplam os objetivos da pesquisa e atendem também ao problema de pesquisa. Captando significados comuns dos discursos, agrupando respostas por semelhanças de conteúdos, nestes trechos que são agrupados em categorias (categorização), permitindo construir uma nova leitura e compreensão sobre o objeto da pesquisa. Destes trechos devem emergir as categorias e posteriores subcategorias. Por fim, a análise dos trechos permite uma nova leitura da realidade, de acordo com cada categoria definida durante a pesquisa, que Moraes e Galiazzi (2006) chamam de metatexto. Aqui, espera-se que o metatexto permita construir uma nova leitura e compreensão sobre as dificuldades dos docentes na abordagem da educação alimentar e nutricional na educação básica.

4. Dos desencontros e reencontros

Este projeto foi idealizado no início do ano de 2020, quando começávamos a sentir os primeiros impactos da pandemia no Brasil. Naquele momento, observando a experiência dos outros países, já eram previsíveis algumas consequências da pandemia na segurança alimentar, embora ninguém poderia prever como seria o caminhar dos fatos.

É importante que se diga que, naquele momento, já eram perceptíveis ações governamentais que mudavam o rumo do cuidado com a segurança alimentar e nutricional e com a qualidade de vida da população, principalmente dos mais vulneráveis. Exemplo disso é a extinção do Conselho Nacional de Segurança



Alimentar e Nutricional (CONSEA), por meio da Medida Provisória 870, publicada em primeiro de janeiro de 2019, como um dos primeiros atos oficiais do então presidente da república. O Consea é um importante braço do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), responsável por realizar a vigilância da segurança alimentar e buscar estratégias para garanti-la enquanto direito humano. Segundo Inês Castro (2019), a extinção do Consea fragiliza o sistema de segurança alimentar e nutricional, compromete a garantia do direito humano à alimentação adequada, representa uma afronta à democracia e um retrocesso social.

Isso é particularmente preocupante em um cenário de crise econômica aliada a uma política de austeridade fiscal, marcado pelo desmonte de políticas sociais e pelo estancamento ou piora de indicadores sensíveis à degradação das condições de vida: recrudescimento da mortalidade infantil, interrupção do processo de diminuição da desigualdade de renda e de raça, aumento do desemprego e da pobreza (com indícios de que o Brasil retornará ao Mapa da Fome), recrudescimento da violência no campo, entre outros. (CASTRO, 2019, p. 2).

A crise econômica, mencionada no início de 2019 por Castro, agravou-se ao longo dos anos de 2019 e 2020, levando a sugerir que o impacto da pandemia para a economia era cada vez mais preocupante. A degradação das condições de vida já era notória e extremamente preocupante, o que nos levou a propor o presente projeto. Entretanto, ninguém previa que a pandemia se arrastaria por tanto tempo, com consequências e desdobramentos tão preocupantes. Apesar da certeza da necessidade do projeto, as condições vivenciadas não permitiam a execução dos encontros presenciais. O que eram para ser encontros, se tornaram desencontros, mas que nos permitiram encontrar novas formas de fazer.

O projeto previa ações de custo relativamente baixo, inicialmente previstas para serem realizadas presencialmente, tão logo as escolas voltassem a funcionar. Na concepção original do projeto era previsto que os docentes realizassem as ações formativas em paralelo com o retorno às atividades presenciais, para que pudessem colocar em prática estratégias de verificação das condições de



segurança alimentar, utilizando diversos instrumentos, inclusive com avaliação antropométrica das crianças. A verificação de peso e altura, um dos critérios mais elementares para compreender o desenvolvimento e estado nutricional das crianças, para que seja fidedigna, deve ser feita de maneira padronizada, seguindo protocolos estabelecidos, por profissional treinado. Entretanto, sem o funcionamento da escola, isso não seria possível.

Em paralelo, enquanto o projeto tramitava nas instâncias da universidade para registro, pensávamos como seria possível realizar as ações. Era óbvio que algumas ações, como a aferição de peso e altura das crianças, da forma como era previsto, não eram possíveis. Entretanto, situações excepcionais nos levam a soluções antes inimagináveis.

A Secretaria de Educação do município, aproveitando o momento em que os professores não estavam em sala de aula, estabeleceu uma rotina de formação docente em serviço, utilizando para isso plataformas online. Este contexto nos fez observar que vinha se estabelecendo condições infraestruturais e de competências que nos permitiam pensar as ações do projeto na forma de uma formação online. No atual momento estamos reestruturando a formação, não apenas transpondo os mesmos conteúdos para uma plataforma digital, mas pensando estratégias de aprendizado e colaboração.

Ao invés de uma proposta conteudista e transmissiva, era importante formar para a reflexão e criticidade. Se não podemos medir e pesar as crianças, não é possível verificar a sua situação em relação à segurança alimentar? Será que em todas as situações em que foram realizados mapeamentos deste tipo, era possível pesar e medir? Estes questionamentos levaram a trazer uma perspectiva histórica e apresentar diferentes estratégias e inquéritos como os Marcadores de Consumo Alimentar, utilizados pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, o SisvanWeb (BRASIL, 2015), os inquéritos para análise do consumo alimentar pessoal no Brasil, da Pesquisa de orçamentos familiares (IBGE, 2011) e o sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, o Vigitel (BRASIL, 2019). Todos estes inquéritos foram



utilizados em pesquisas em larga escala, com auxílio de internet ou telefone, e podem ajudar a compreender a condição de segurança alimentar, além de permitir a compreensão de hábitos alimentares. A partir do conhecimento destes instrumentos, atrelado ao conhecimento que cada professor possui sobre a realidade da sua escola, é possível montar instrumentos adequados a cada contexto.

Uma vez identificadas quais são as situações problemáticas vivenciadas pelos estudantes, os professores podem novamente se fazer valer das tecnologias de informação e comunicação e construir algo que dificilmente seria possível se estivessem trabalhando presencialmente nas escolas. Por meio das tecnologias de informação e comunicação, os professores podem interagir com outros professores e elaborar estratégias de intervenção colaborativamente, em um fluxo de construções em pequenos grupos e discussões ampliadas, escritas, apresentações, revisões dos projetos dos colegas, para, enfim, chegar na construção dos projetos de intervenção em educação alimentar e nutricional.

5. Algumas considerações

Este é um projeto em andamento, que se encontra em fase de replanejamento, do qual já podemos perceber o quanto é complexa a tarefa da formação de professores em serviço para a educação alimentar e nutricional. A escola é um ambiente que tem condições importantes para a promoção da segurança alimentar e nutricional. É também um local de formação de hábitos alimentares. Entretanto, apesar de ser uma das coisas que mais fazemos, parece que o ato de comer não se relaciona com os conteúdos escolares ou com a existência social dos estudantes. Enquanto alguns documentos atribuem a educação alimentar e nutricional aos nutricionistas, estes são sobrecarregados de outras funções, além de que não possuem ampla formação pedagógica ou conhecimento aprofundado da realidade das escolas. Os professores, que possuem formação pedagógica e conhecimento da realidade da escola, não



possuem qualquer formação para a educação alimentar e nutricional. Mesmo a Lei de Diretrizes e Bases indicando que é necessário abordar a educação alimentar e nutricional na escola, ela esbarra nas lacunas formativas dos professores, que sequer sabemos quais são.

No atual contexto, em que é premente o agravamento da pobreza e da insegurança alimentar, atrelado a inúmeras alterações nos hábitos alimentares e sociais das crianças durante o ano de 2020, é ainda mais importante a preparação dos professores para atuar com a educação alimentar e nutricional. É uma formação urgente, para o agora e para o contexto pós-pandêmico.

Referências

ALIAGA, Marie Agnès; SANTOS, Sandra Chaves dos; TRAD, Leny Alves Bomfim. Política(s) de segurança alimentar e nutricional: narrativas de líderes e moradores de um bairro popular de Salvador, Bahia, Brasil. **Saude soc.**, São Paulo, v. 28, n. 4, p. 124-136, dez. 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902019000400124&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 maio 2020.

ANDRE, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**. Salvador, v. 22, n. 40, p. 95 - 103, jul./dez, 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/753>>. Acessado em 10 nov. 2019.

BATISTA FILHO, Malaquias et al. Anemia e obesidade: um paradoxo da transição nutricional brasileira. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, supl. 2, p. s247-s257, 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008001400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Maio 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/07/2015&jornal=1&pagina=8&totalArquivos=72>



BRASIL. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 4.024/61. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L4024.htm>. Acesso em 27/jul/2019.

BRASIL. LEI Nº 13.666, DE 16 DE MAIO DE 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13666.htm. Acesso em 03 dez 2019.

BRASIL. Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Diário Oficial da União 2019; 1º jan.

BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 22/2019. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Portaria nº 2.167, publicada no D.O.U. de 20/12/2019, Seção 1, Pág. 142. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=133091-pcp022-19-3&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Diretrizes metodológicas: elaboração de revisão sistemática e metanálise de ensaios clínicos randomizados/ Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis. Vigitel Brasil 2018: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico : estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2018 / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2019.



Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 2009.

Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. *Diário Oficial da União* 2013

CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, e 00009919, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000200101&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de julho de 2020.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 11 ed., São Paulo: Brasiliense, 1969.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2019: Safeguarding against economic slowdowns and downturns**. Rome, FAO, 2019. Disponível em <<http://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf>>. Acesso em 03 mai 2020.

FIAN. Impacto da Covid-19 na Realização do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas - relatório preliminar de monitoramento. FIAN Internacional, abril de 2020. Tradução: Flavio Valente. Revisão da tradução: FIAN Brasil. Disponível em <<https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Relatorio-covid-19-fian-internacional-formatado.pdf>>

IBGE. Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

LONGAREZI, Andrea Maturano; SILVA, Jorge, Luiz. Pesquisa-formação: um olhar para sua constituição conceitual e política. **Revista Contrapontos - Eletrônica**, Vol. 13 - n. 3 - p. 214-225 / set-dez 2013. Disponível em <https://www.researchgate.net/profile/Jorge_Silva32/publication/269805478_PESQUISA-FORMACAO-UM-OLHAR-PARA-SUA-CONSTITUICAO-CONCEITUAL-E-POLITICA/links/54d0ac0e0cf29ca81102857c/PESQUISA-FORMACAO-UM-OLHAR-PARA-SUA-CONSTITUICAO-CONCEITUAL-E-POLITICA>



OLHAR-PARA-SUA-CONSTITUICAO-CONCEI-TUA-L-E-POLITICA.pdf>.
Acesso em 03 mai 2020.

MORAES, Roque. Uma tempestade de Luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Revista Ciência & Educação**. Baurú: UNESP, v. 9, n. 2, 2003.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise Textual Discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência e Educação**, Bauru, v.1, n. 1, p. 117-128. 2006. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v12n1/08.pdf>> Acesso em: 21 out. 2016.

OLIVEIRA, Tatiana Coura; ABRANCHES, Monise Viana; LANA, Raquel Martins (In). Segurança alimentar no contexto da pandemia por SARS-CoV-2. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. v. 36, n. 4. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1590/0102-311X00055220>>. ISSN 1678-4464.
<https://doi.org/10.1590/0102-311X00055220>. Acesso em 03 mai 2020.

OLIVEIRA, Sabrina Ionata de; OLIVEIRA, Kathleen Sousa. Novas perspectivas em educação alimentar e nutricional. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 495-504, Dec. 2008. Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642008000400008&lng=en&nrm=iso>. access on 05 May 2020.

RAMOS, Flavia Pascoal; SANTOS, Ligia Amparo da Silva; REIS, Amélia Borba Costa. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 29(11):2147-2161, nov, 2013. Disponível em:<<https://www.scielosp.org/pdf/csp/2013.v29n11/2147-2161/pt>>. Acesso em 03 mai 2020.

SILVA, Álvaro Menzaque Santos. **A formação dos professores de Ciências e Biologia para a Educação Alimentar**: um estudo a partir da Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Santa Cruz. Monografia apresentada como requisito básico para obtenção do título de licenciado em Ciências Biológicas na Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC. Ilhéus, 2018.

Silva, Simoni Urbano da et al. As ações de educação alimentar e nutricional e o nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2018, v. 23, n. 8 [Acessado 5 maio 2020], pp. 2671-2681. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018238.19642016>>.

SOUZA, Elton Bicalho de. Transição nutricional no Brasil: análise dos principais fatores. **Cadernos UniFOA**. Volta Redonda, Ano V, n. 13, agosto 2010.



RAÍZES E RUMOS

Revista da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEXC

ISSN: 2317-7705 online
ISSN: 0104-7035 impresso



Disponível em: <<http://www.unifoa.edu.br/cadernos/edicao/13/49.pdf>>.
Acesso em 03 mai 2020.

Valente FL. **Direito humano a alimentação: desafios e conquistas.** São Paulo: Cortez; 2002.